Novo Boletim Bibliográfico

Informativo da Fundação Vingt-un Rosado

Mossoró - Rio Grande do Norte

Ano 71 - Número 171 - Setembro de 2019

Cantinho da Poesia

Notícias da Biblioteca Municipal Ney Pontes Duarte

Notícias do Museu Histórico Lauro da Escóssia

Agente Cultural - Coleção Mossoroense

Colaboração de:

Geraldo Maia
Wilson Bezerra
Filemon Pimenta
Benedito Vasconcelos
Dix-sept Sobrinho
Renato Borges
Ricardo Alfredo

Concurso Literário Coleção Mossoroense 70 anos: Todos os vencedores

Dicas de leitura de obras publicadas pela Coleção Mossoroense

FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO
CNPJ 70.302.583/0001-90
Praça da Redenção Dorian Jorge Freire, 17 - Terceiro andar - Centro – Mossoró / RN - Brasil CEP: 59600-065 Telefone: 84 98822 1721/ 84 98886 0520 / 3315 5177
https://colecaomossoroense.org.br e fvrcm@uol.com.br
Conta para depósito, transferência e/ou colaboração: Banco do Brasil - Agência 0036- 1 / Conta Corrente 153714-8.

Nome: Jerônimo Dix-sept Rosado Maia Sobrinho
Cargo: Presidente

Nome: Wilson Bezerra de Moura
Cargo: Conselho de Curador (Membro Nato)

Nome: Elder Heronildes da Silva
Cargo: Conselho de Curador (Membro Nato)

Nome: Benedito Vasconcelos Mendes
Cargo: Conselho de Curador (Membro Nato)

Nome: Antônio Kydelmir Dantas de Oliveira
Cargo: Conselho de Curador (Membro Efetivo)

Nome: Francisco Rubens Coelho de Figueiredo
Cargo: Conselho de Curador (Membro Efetivo)

Nome: Geraldo Maia do Nascimento
Cargo: Conselho de Curador (Membro Efetivo)

Nome: Daniela Rosado do Amaral
Cargo: Conselho Fiscal (Membro Efetivo)

Nome: Marcos Antônio Filgueira
Cargo: Conselho Fiscal (Membro Efetivo)

Nome: Wagner Rosado da Escóssia
Cargo: Conselho Fiscal (Membro Efetivo)

Nome: Paulo de Medeiros Gastão (in memoriam)
Cargo: Conselho Fiscal (Membro Suplente)

Nome: Filemon Rodrigues Pimenta
Cargo: Conselho Fiscal (Membro Suplente)

Nome: Almir Nogueira da Costa
Cargo: Conselho Fiscal (Membro Suplente)

Novo
Boletim Bibliográfico
EXPEDIENTE:

Diretor Executivo: Jerônimo Dix-sept Rosado Maia Sobrinho
Projeto Gráfico: Geraldo Maia do Nascimento
Editoração, diagramação e revisão: Eriberto Monteiro
Colaboradores: Asclépius Saraiva, Geraldo Maia do Nascimento, Eriberto Monteiro, Maria das Graças Henrique, Maurílio Carneiro, Francisca Maria de Araújo, Júlia Azevedo, Dix-sept Rosado Sobrinho, Gualter Alencar, Souza Neto, Benedito Vasconcelos Mendes, Douglas Soares, Allynne Dayara, Airton Cilon, Cid Augusto, Ricardo Alfredo, Marcelo Dantas Rosado, Wanderlea Lima, Wilson Bezerra de Moura, Lucas Rafael Monteiro, Renato Borges e Tomislav R. Femenick.

Notícias da Biblioteca Municipal Ney Pontes Duarte

A Biblioteca Municipal Ney Pontes Duarte, apesar das suas limitações estruturais, vem prestando bons serviços continuadamente.

Seus serviços refletem nos mais variados níveis escolares. Desde o ensino fundamental até universitários, mestrandos e doutorandos.

A biblioteca recebeu a visita do poeta popular e cordelista Nildo da Pedra Branca. Ele apresentou o seu mais novo trabalho, "João e Rosinha na floresta".

Para este mês de setembro, a biblioteca recebeu vários participantes em diversos eventos. Vejam a seguir:

- Lançamento do projeto da Secretaria Municipal de Saúde, realizado no auditório América Fernandes;
- Capacitação do SETAS - Natal, com o apoio da Secretaria do Desenvolvimento Social, realizado no auditório América Fernandes e salão Marieta Lima;
- Capacitação da SETAS e apoio da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, no auditório América Fernandes e salão Marieta Lima;
- Posse da ALAMP no auditório América Fernandes e salão Marieta Lima;
- Capacitação dos agentes de saúde, da Secretaria Municipal de Saúde no auditório América Fernandes;
- Capacitação dos agentes de saúde, da Secretaria Municipal de Saúde no auditório América Fernandes;
- Metamorfose, Bezerra Oliveira, no auditório América Fernandes;
- Treinamento da Secretaria Municipal da infraestrutura no auditório América Fernandes;
- Capacitação e palestra da Secretaria Municipal de Saúde, no auditório América Fernandes;
- Capacitação e palestra da Secretaria Municipal de Saúde, no auditório América Fernandes;
- Reunião do SETAS no auditório América Fernandes;

O horário normal de funcionamento da Biblioteca Municipal Ney Pontes Duarte é de segunda à sexta, das 8h às 18h ao público em geral.

Setores	Número de Usuário de cada setor
Recepção (visitante em geral)	374
Acervo geral	64
Acervo de Referência	00
Hemeroteca	20
Coleção Mossoroense (acervo da biblioteca municipal)/Coleção RN	09
Coleção Mossoroense (acervo da Fundação Vingt-un Rosado)	15
Acervo infantil	103
Estudo Coletivo	00
Empréstimo	37
Devolução	69
Carteira de Usuário	10
Auditório América Fernandes Rosado	567
Salão Marieta Lima – Eventos	85
Estudo individual	00

Já para o acesso à Fundação Vingt-un Rosado e acervo da Coleção Mossoroense, localizados no terceiro andar da biblioteca, o horário de visitas neste setor é de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h30.

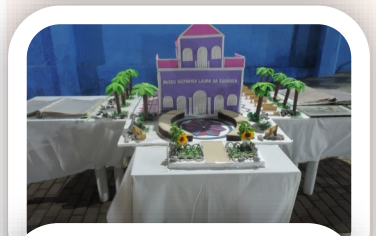
Funciona também em horários extraordinários para eventos agendados. Para agendar sua visita ou para eventos, entrar em contatos pelos números: (84) 3315-5177 / 3315 5178 ou 3315 5179 e falar com Júlia Azevedo ou ainda pelo endereço virtual **https://www.facebook.com/bibliotecaneypontesduarte**.

Notícias do Museu Histórico Lauro da Escóssia

Em setembro de 2019 o Museu Histórico Lauro da Escóssia recebeu várias visitas de inúmeros estabelecimentos de ensino e público em geral. Várias destas visitas foram agendadas via telefones nos fones (84) 3315-4778/4776 ou WhatsApp (84) 98103-3810 ou, ainda, de forma presencial, preenchendo a planilha de agendamento interna.

No início do mês, o Museu Histórico Lauro da Escóssia recebeu mais de 200 visitantes de Mossoró/RN (Colégio Pequeno Príncipe), Natal-RN (Colégio Marista), além de turistas. A equipe da TV Costa Branca (afilhada da Inter TV no Estado e Rede Globo em nível nacional), gravou matéria sobre o Motim das Mulheres e a liderança de Ana Floriano, entrevistando o professor Diomedes. A equipe da Secretaria de Comunicação do Município de Mossoró fez matérias temáticas do Museu. Segundo o diretor geral do Museu, Asclépius Saraiva, "Foram momentos produtivos para todos nós que fazemos a Cultura e o Turismo acontecer em nossa Mossoró".

Foi comemorado a libertação dos escravos ocorrido no dia 30 e setembro de 1883. Este feito aconteceu pelas mãos da força de trabalho da Sociedade Libertadora Mossoroense, liderada pela Loja Maçônica 24 de junho. O Museu Histórico Lauro da Escóssia dispõe de vários documentos que atestam esta rica bravura libertária de um povo. Este feito foi confirmado pela Lei Áurea, promulgada por Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bourbon-Duas Sicílias e Bragança, apelidada de "a Redentora", e conhecida como Princesa Isabel. E Mossoró antecipou este feito libertário em 05 anos.



O Museu Histórico Lauro da Escóssia participou da 45ª Noite da Cultura, realizada na Loja Maçônica Jerônimo Rosado. Foi apresentado ao público presente, além de uma maquete representando-o, vários documentos sobre momentos históricos de Mossoró.

No Museu Histórico Lauro da Escóssia você conhece sua história, sua cultura e ainda aprende sobre ela. Agende sua visita, através dos contatos: (84) 3315-4778/4776 ou ainda (84) 9-8103- 3810, número cedido gentilmente pelo diretor-geral desta instituição cultural. Segundo Asclépius "O contato poderá ser por meio de voz via telefone ou mensagens via WhatsApp. Fazemos agendamento das visitas para sua escola, agência de turismo, universidades e instituições em geral . Visitas agendadas com acompanhamento de guias capacitados". Ele ainda acrescenta: "Será um prazer atendê-los".

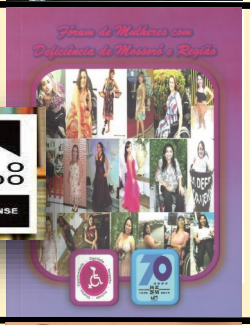
O horário de funcionamento é de terça à sexta, das 7h30 às 13h e aos sábados, das 7h às 11h. Funciona também em horários extraordinários, desde que seja devidamente agendada a visita.

Eriberto Monteiro
eribertomonteiro@hotmail.com

À flor da pele

Autor: Silvana Alves - Volume: 1183 - Ano: 2001 - Série C - 96 páginas - Formato: 14 x 21

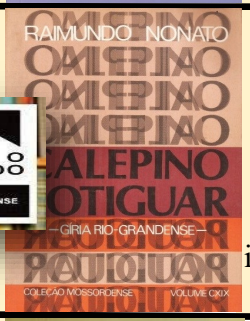
Livro de poesia da autora Silvana Alves da Costa, conhecida como a poetisa do amor. Nesta obra ela escreve sobre as nuances do amor, num sentimento inconfundível.



Fórum de Mulheres com Deficiência de Mossoró e Região

Autor: Fórum de Mulheres com Deficiência de Mossoró e Região - Volume: 1688 - Ano: 2019 - Série C - 116 páginas - Formato: 14,5 x 20,3

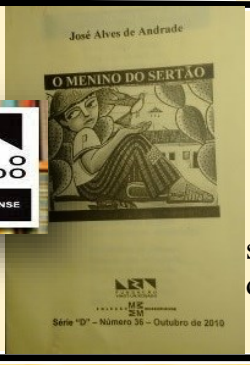
A obra que conta a história de luta diária de mulheres com deficiência para ser inserida na sociedade e ser tratada igualitariamente. Uma obra para se emocionar com a luta de vida de cada uma que buscou seus sonhos, mesmo diante de suas limitações.



Calepino potiguar—Gíria riograndense

Autor: Raimundo Nonato - Volume: 119 - Ano: 1980 - Série C - 496 páginas - Formato: 14,5 x 20,3

Obra do grande escritor Raimundo Nonato que traz um aparato informativo de gírias potiguares, em vários verbetes pelas suas 496



O menino do sertão

Autor: José Alves de Andrade - Volume: 36 - Ano: 2010 - Série D - 12 páginas - Formato: 10,9 x 15,4

Esta cordel de autoria de José Alves de Andrade que conta sua própria história em sextilha, desde o seu nascimento, em Belém do Brejo do Cruz, na Paraíba.

Deposite, transfira, colabore. Qualquer valor é sempre bem-vindo para manter da Coleção Mossoroense viva.
Fundação Vingt-un Rosado / CNPJ 70.302.583/0001-90 / Banco do Brasil, agência 0036-1 / Conta Corrente 153714-8.

Geraldo Maia do Nascimento
gemaia1@gmail.com

O 30 de setembro em Mossoró

O 30 de setembro é a grande data cívica de Mossoró, porque foi nessa data que pode se declarar "livre da mancha negra da escravidão", cinco anos antes da famosa "Lei Áurea", que libertou definitivamente os cativos em todo o país. Podia ter escolhido outra data qualquer mas não quis; podia ter escolhido o 5 de agosto, em que a provisão para a ereção da Capela de Santa Luzia marca historicamente o início do Arraial; podia ter escolhido, igualmente, o 15 de março, data da sua Emancipação Política ou o 24 de janeiro, data da instalação da sua primeira Câmara Municipal, o que determina o nascimento da unidade dentro da Província; da mesma forma podia ter escolhido o 9 de novembro, data em que a vila fora elevada ao predicamento de Cidade, título máximo do crescimento político da época; mas não quis. Preferiu escolher sua data entre aquelas que representavam uma vitória humana contra o egoísmo materialista. O 30 de setembro simboliza uma luta do povo, festejada não por imposição política, mas por instinto fraterno. Uma luta em que o povo de Mossoró pode dizer, como disse São Paulo: \"combati o bom combate\".

Mossoró foi a primeira cidade do Rio Grande do Norte a fazer campanhas sistemáticas para libertação dos seus escravos. Não foi uma luta de poucos; foi uma luta que envolveu, de uma maneira ou de outra, toda a cidade de Mossoró. E por ter sido uma luta coletiva, pacífica e pioneira no Estado, é comemorada ainda hoje como sendo a maior festa cívica da cidade.

O Rio Grande do Norte não chegou a ser um Estado que dependesse da mão de obra escrava para o seu desenvolvimento. A 1º de setembro de 1848, Casimiro José de Morais Sarmento, deputado geral pelo Rio Grande do Norte, falava na sessão daquele dia:

\"Concorda em que o trabalho do escravo não é necessário. No Rio Grande do Norte há poucos escravos, e quase toda a agricultura é feita por braços livres. Conhece muitos senhores de engenho que não têm senão quatro ou cinco escravos, entretanto que têm 20, 25 e 40 trabalhadores livres, e se não os têm em maior número, é pelo pequeno salário que lhes pagão. Disto se convenceu o orador quando ali foi presidente, porque em consequência de elevar o salário a 400 reis por dia, nunca lhe faltarão operários livres para trabalharem na estrada que teve de fazer\".

Mossoró, particularmente, nunca foi uma cidade escravocrata. Possuía apenas 153 escravos em 1862, para uma população livre de 2.493 indivíduos. Estatisticamente o percentual era insignificante. A cidade não tinha engenhos; cuidava do gado e para isso não precisava de muitos braços. Mas se o número de cativos era tão baixo, o que justificou o movimento abolicionista em Mossoró?

1877 foi um ano terrível para os sertões nordestinos. A terra era devastada por uma aterrorizante seca que se estendeu até 1879. A população faminta abandonava seus lares em busca do litoral. Mossoró, Macau e Areia Branca, no Rio Grande do Norte, Aracati e Fortaleza, no Ceará, abrigaram grupos numerosos de flagelados. Mas não eram só os pobres que sofriam com a seca não. Os ricos fazendeiros, donos de escravos também sofriam. E para amenizar os prejuízos, esses fazendeiros mandavam para as cidades litorâneas seus escravos para serem vendidos, e Mossoró por ser uma das cidades onde o comércio mais florescia, recebia muitos escravos para esse fim. Desse modo era estabelecido na cidade o comércio dos escravos. Várias casas comerciais se especializaram nesse tipo de mercadoria, entre elas a Mossoró & Cia. de propriedade do Barão de Ibiapaba. Os escravos comprados em Mossoró eram remetidos para Fortaleza e, dali, para as províncias do sul. Talvez tenha sido esse tipo de comércio que tenha despertado o sentimento de piedade pelos cativos. A idéia de libertação dos escravos começou no Ceará em 1881.

(Continuação)

Em Mossoró, a ideia surgiu por ocasião de uma homenagem prestada na “Loja Maçônica 24 de Junho” ao casal Romualdo Lopes Galvão, líder da política e do comércio. Presente à homenagem se encontrava o Venerável da “Loja Maçônica 24 de Junho”, Frederico Antônio de Carvalho, a quem coube a idéia da fundação de uma sociedade cuja finalidade fosse a liberação dos cativos.

Em 6 de janeiro de 1883 foi criada \"A Sociedade Libertadora Mossoroense\", cuja presidência provisória fica a cargo de Romualdo Lopes Galvão. Adere ao movimento os melhores elementos da terra. A diretoria definitiva fica formada por Joaquim Bezerra da Costa Mendes como presidente, Romualdo Lopes Galvão como vice-presidente, Frederico de Carvalho como primeiro secretário, o Dr. Paulo Leitão Loureiro de Albuquerque como orador. Nessa época, Mossoró contava apenas com 86 escravos. A 10 de junho alforria 40 desses escravos. A Sociedade Libertadora tinha um Código, com um único artigo e sem parágrafos, onde estava determinado que \"todos os meios são lícitos a fim de que Mossoró liberte os seus escravos\".

O escritor e historiador Geraldo Maia do Nascimento lançou, no início de fevereiro, mais uma ferramenta sobre Mossoró e região: o canal “Na História”.

São fragmentos da história de Mossoró, que, segundo o próprio idealizador, “…pequenas histórias para compor a concha de retalho que é a história da nossa cidade”.

A Ferramenta audiovisual ajudará aos internautas na compreensão da história de Mossoró ao longo da sua construção nos mais diversos assuntos.

Geraldo Maia, além de renomado escritor com obras publicadas pela Coleção Mossoroense, lançou cordéis com o mesma pedagogia informativa e selo editorial.

Para quem tem interesse em acessar e conhecer sobre os demais assuntos de Mossoró neste novo ferramenta informativa, acesse o canal pelo link https://www.youtube.com/channel/UC3zeeh8Ac1ZiXPv_3f2LZEA, curta, compartilhe e inscreva. Ative também o sininho. Você será notificado cada vez que no novo vídeo for postado Valorize nossos historiadores. Valorize nossos escritores. Valorize a nossa Coleção Mossoroense.

Entre a descoberta do Brasil pelos portugueses e a efetiva colonização da nova terra, decorreram vários anos sem que nada acontecesse de concreto. Mesmo depois de 1534, quando a Coroa Portuguesa instituiu o regime de capitanias, dividindo o novo território entre quatorze capitanias hereditárias, nada de expressivo aconteceu, vez que somente as capitanias de Pernambuco e São Vicente tiveram êxito.

A exploração da Capitania do Rio Grande fracassou antes de começar. Um dos donatários, Aires da Cunha, veio a falecer, o que teria levado o intento a colapso (VARNHAGEN, 1978).

A colonização efetiva, porém, não oficial, se deu por portugueses e indivíduos de outras nacionalidades, extraviados ou desencaminhados das expedições que vieram ao Nordeste e à Capitania. Eram degredados, desgarrados ou aventureiros que se embrenharam pelas ribeiras dos rios, vivendo além da jurisdição das autoridades coloniais; portanto, sem registros públicos.

Nesse cenário não é tarefa fácil encontrar esse ou aquele indivíduo, pertencente a essa ou àquela família. No entanto, nos alfarrábios coloniais encontramos algumas anotações que, se seguidas, evidenciam alguns rastros de pessoas e famílias.

A primeira referência direta que se tem sobre um membro da família Mota no Rio Grande do Norte data de 1611, quando foi concedido a Jorge Pacheco da Mota o direito de explorar uma *"data de terra"*. Posteriormente, no dia 19 de novembro de 1748, o capitão Carlos da Mota recebeu uma Carta de Data e Sesmaria, com *"terras no lugar chamado dos Cavalos e no sítio Oiti, Ribeira do Assu"*. Em 2 de novembro de 1754, o mesmo capitão Carlos da Mota e o alferes Pedro de Souza receberam Carta de Data e Sesmaria, dando-lhes o direito de explorar *"terras na serra que chamam Pericu, Ribeira do Assu"*. Em 1778, uma Carta de Data e Sesmaria outorga a seus requerentes *"terras na fazenda São João, pegando nas ilhargas da data do Riacho dos Cajueiros, buscando o Sítio Santa Rosa, de Antonio da Mota Ribeiro, Ribeira do Apody*" (PINTO, vol. 1, 3 e 4).

Nos registros históricos de Mossoró, até a primeira metade do século XIX, há poucas referências à presença de integrantes da família Mota. Um dos documentos a nominar componentes dessa família apareceu quando do movimento, empreendido por alguns moradores do arraial de Santa Luzia em 1838, objetivando elevá-lo a condição de Paróquia. Uma petição foi endereçada ao bispo da Diocese e uma outra à Assembleia Provincial do Rio Grande do Norte, apresentada em nome dos moradores da freguesia. Entretanto os residentes da povoação de São Sebastião (atual Município de Governador Dix-sept Rosado) se rebelaram contra essa intenção, endereçando também abaixo-assinado à Assembleia, alegando que já eram assistidos por um pároco da vila de Apodi, *"pago a sua custa*" e que não viam nenhuma vantagem em se deslocar para Santa Luzia *"em tempo de eleições"*. Entre os signatários deste último documento estavam Antonio Gomes da Mota, da Fazenda do Carmo, e Matheus Gomes da Mota, do lugar Estrada, cuja assinatura foi acompanhada pelo seguinte esclarecimento: *"sua mulher Anna Vital, hum filho, mais huma mulher tão bem de comunhão e hum escravo"*.

Em um outro abaixo-assinado dirigido à Assembleia Provincial, esse datado de oito de janeiro de 1852, solicitando *"a criação de uma nova Vila, e Município com Tribunal de Jurados na mencionada Povoação de Santa Luzia de Mossoró"*, aparecem assinaturas de membros da família Mota. Entre as trezentas e cinquenta pessoas que assinaram o documento estão Manoel Gomes da Mota e o mesmo Antonio Gomes da Mota. O primeiro se classificou como criador e o outro como proprietário. Foi esse documento que provocou a emancipação política do povoado, dando-lhe o *status* de Município. Na década de setenta desse mesmo século, Antonio Gomes da Mota aparece como o maior proprietário de escravos do Município.

Entre 1890 e 1900, alguns estabelecimentos comerciais da cidade de Mossoró pertenciam ou tinham sócios que eram da família Mota: Mota & Cavalcanti, Benício & Mota; Vicente da Mota & Cia. e Manoel Lucas da Mota. Em 1898 Francisco Pereira da Mota era o Oficial do Registro Civil do Primeiro Distrito, da Sétima Circunscrição de Mossoró. Já havia muitos Motas na cidade (CASCUDO, 1955; ROSADO & ROSADO, 1977).

PS – Algumas pessoas ainda fazem questão de distinguir Mota e Motta, como se dois troncos familiares fossem. Na verdade, há um só. A diferença gráfica tem origem na liberalidade com agiam antigamente os registros de batismos nas igrejas e os cartórios de registro civil e, também, nas quase vinte reformas ortográficas, acontecidas entre 1907 e 2004.

Tomislav R. Femenick – Mestre em economia com extensão em sociologia e
Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

Cantinho da Poesia

O conselho
Gualter Alencar

Se choras por ter perdido a sol,
As lágrimas te impedirão de cumprimentar as estrelas.
Perguntas a lua que, na noite nua, foste buscar abrigo
de um amor perdido.

Lágrimas de vida escorrendo a carne;
Lembranças de um tempo idades vividas;
Todas no momento...

Volúpia
(Sousa Neto)

Tremem-se os pilares do ser
Das narinas foge o ar
Faz desorientar, perder a bússola
Essa sensação a inflamar

Das gargantas batem as asas
Juras de amor, incontidos gritos...
Quando os toques sobre a carne
Como brasas flamejantes
Queimam a epiderme

O corpo em labaredas
Todo se ardendo queima-se
Nesse sentimento pleno
Da voluptuosidade
E entra em carbonização

Hoje posso voar
Allynne Dayara

Hoje acorde me sentindo fraca.
Sou um ser frágil,
Qualquer obstáculos me leva a ruína.
Não sou admirável ao olho humano.
O que eu quero mesmo?
É brilha, voar ao mais alto que pode.
Quero sentir o cheiro das rosas perfumadas.
Quero um lugar para abrigar das tempestades
Quero se livre para amar, descobrir novos talentos realiza sonhos.
Quero e além.
Mas que que tudo, quero viver o amor verdadeiro.
Quero fazer vale a pena cada dia.
Porque eles são minha única chance,
E jamais voltará.
Quero um amor sem medida, sem medo sem dor.
Agora sinto forte dor como se arrancasse um pedaço do meu corpo.
Sinto que meu mundo desabou.
Foi estão que percebi que tudo que passei,
Era a trajetória para formar o que eu sou hoje.
Conseguir torna a pessoa admirado, pois lutei pois lutei sem cessar.
Agora me sai do casulo.
Sou uma linda borboleta.
Admirável por imensa beleza.
Sente o cheiro da vitória vencida
Da vitória conquistada.
Posso voar ao mas alto céu e proclama:
Eu vence a dor, e sei que nem um dor é eterna.
A dor ela é para te transformar em uma linda borboleta.

Cantinho da Poesia

Equidade

Douglas Soares

Eu suspiro, e vocês piram, e o SUS para lá na favela
É porque se eu ficar doente quem vai me atender não vai ser o Dráuzio Varela
Eu puxei minha katana e hoje eu tô "catano" verso e isso vem me destruindo mais que furacão Katrina.
E revogar direito só sentado no sofá é igual querer me esfaquear sendo um lutador de esgrima

Em mim não falta sensatez. Nosso jogo é de xadrez, peças claras com dinheiro e as pretas com a metranca.
Não queira se comparar. Será que vai te incomodar se eu comprar uma mansão e encher de empregada branca?
Arrancaram minha alma. Só deixaram minha cor, um corpo esquálido caído, logo depois do açoito.
E se você quer reclamar sobre minha cota racial, eu vou te passar o ramal: disque 1888.

Hoje com tanta burocracia, a minha meritocracia não condiz com o que eu conquisto.
E nessa questão de TV, eu nem me meto, mas se Jesus fosse preto você não ia ver Paixão de Cristo.
Eles gostam de preto? não! Por isso esquecem a audição e mantêm o ouvido tampado.
Como amar meu semelhante se não enxergo no seu semblante um cavalo ou um jacaré estampado?

Estão pardos pra fazer o ENEM de graça, né? Eu estou farto de ver o quanto “cês” disfarça.
E o Brasil miscigenação de raça, né? Pelo contrário: é miscigenação de farsa!
E o vento que resfria aqui hoje, é o mesmo vento que soprava as antigas caravelas.
Ai você me pergunta: como pode? O povo preto predomina o Alphaville ou uma favela?

Na soma entre os fatores resulta, no mundo mal, meus valores? Não estão numa equação de segundo grau.
Nosso povo te consome até no seu funeral. E a solução para a fome nos dão uma Parafal.
Não sou da sua premissa. Eu prefiro ser primata. Talvez, por estar no alto, eles me chamam de macaco.
Seu sussurro de cobiça hoje já não me dilata. O frio que tenho aqui dentro é igual um esquimó sem casaco.

Enquanto sua embriaguez mata inocente nas vias, você tá preocupado com o lutador no antidoping.
Enquanto o nosso povo aqui está sem energia, é estranho... porque o tratamento é sempre de choque.
E quando eu falo de postura, não é da coluna cervical. É apenas ser resistente ao que te causa prejuízo.
Talvez o fato de não pôr dinheiro pra fada do dente explica hoje: eu não conseguir dar um simples sorriso.

Quem ?

Cid Augusto

Todo dia
Tem uma noite
De amor
Esquecível...

Libertação

Airton Cilon

Os dias se seguiram
Na conformidade
Das coisas que não puderam ser.
E nessa história,
Nesse jogo de erros
E acertos,
Eu fui aprendendo a jogar,
Me libertar de certas prisões!

Benedito Vasconcelos Mendes
beneditovasconcelos@gmail.com

História do cassaco Zé Bento

Zé Bento com sua mulher Raimunda e seus 8 filhos viviam em uma casinha de taipa, coberta com palhas de carnaúba, construída em uma nesga de terra que tinha sido desapropriada para a construção do Açude Forquilha, localizada na extrema da montante do referido açude. O Açude Forquilha situa-se ao lado da cidade de Forquilha, na Zona Norte do Ceará. Este trabalhador sustentava sua família exercendo as três profissões que todo sertanejo possui: agricultor, pescador e caçador. Ele, sua mulher e todos os filhos eram analfabetos, porém trabalhadores e sem vícios.

O casal vivia para trabalhar para dar comida a sua numerosa prole. Não bebia, não fumava e não jogava baralho nem bozó. Seu trabalho árduo, de sol a sol, só dava mesmo para comprar a comida, pois viviam maltrapilhos e descalços. Sua casinha, muito simples, nem mesa tinha, pois a família comia sobre uma esteira de palha de carnaúba estendida no chão da cozinha. Apesar da pobreza da família, Zé Bento e sua mulher Raimunda viviam felizes, conformados com sua miséria material, que segundo ele era a vontade de Deus. O peixe (curimatã, piau, traíra, cangati, piranha vermelha e mais alguns peixes nativos do sertão semiárido), a carne de caça (preá, mocó, tejo, tatu-peba, tatu-galinha, avoante, marreca-viuvinha, marreca-verdadeira, pato selvagem, veado-catingueiro, tamanduá e outros animais da caatinga) e o feijão de corda, batata-doce e jerimum, cultivados na vazante do açude Forquilha, não faltavam na alimentação da família, pois Zé Bento era muito trabalhador e sempre estava caçando, pescando e cuidando da sua pequena plantação de vazante. Os filhos não estudavam por falta de escola na redondeza do local onde morava.

A família ia levando a vida como Deus queria, conforme suas próprias palavras. Eles não possuíam móveis nem roupas, mas o pouco que vendia do que excedia da sua agricultura de subsistência dava para comprar redes de dormir e uma peça de roupa para cada membro da família, por ocasião do Natal, que eles passavam na casa de parentes na cidade de Sobral. A família só se ausentava de sua casa uma vez por ano para ir à Sobral na véspera do Natal, para assistir à Missa do Galo na Igreja da Sé de Sobral, oportunidade em que comprava redes e roupas para usar durante o ano seguinte.

O casal era dotado de fé religiosa extremada e de muito misticismo. Tinha um pequeno oratório com imagens de gesso do Padre Cícero, Frei Damião, Beato Antônio Conselheiro e de São José, garantidor das chuvas anuais. Aos trancos e barrancos, a família ia levando a vida, até a vinda da terrível seca de 1958, que impediu que Zé Bento encontrasse peixe e caça para matar e que tivesse condições de fazer cultura de vazante no Açude Forquilha, quase seco.

Quando o DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas abriu uma frente de trabalho na Fazenda Aracati, para construir, em parceria com meu avô, um açude, fornecendo 74 cassacos pagos pelo DNOCS, durante 8 meses, o agricultor Zé Bento alistou-se na referida frente de serviço. Uma cena inesperada, grotesca, foi a chegada daquela família desvalida, no pico do meio dia, descendo da caçamba de ferro de um caminhão de carregar terra.

(Continuação)

A família, viajando sob um sol escaldante numa estrada carroçal poeirenta e sobre a chapa de ferro quente da caçamba, ficou aliviada quando o caminhão chegou na Fazenda Aracati e eles puderam pular, um a um, de cima da carroceria. Nem animais são transportados assim, no sol, levando poeira quente, em cima de uma caçamba de ferro escaldante.

A presença de Zé Bento naquela frente de serviço, aberta para dar trabalho e renda aos flagelados da grande seca de 1958, chamou a atenção de todos, pois foi o único trabalhador que chegou com toda a família e se arranchou debaixo de um pé de oiticica, na beira do Rio Aracatiaçu.

Geralmente, os cassacos não levavam a família para o local de trabalho. Dava pena se ver a tristeza e o aspecto físico daquela família.

Caquéticos, pálidos, empoeirados, sem forças e exibindo uma profunda tristeza e intensa fome convenciam pelo fenótipo qualquer pessoa da necessidade de ajudá-los. Zé Bento, sua mulher Raimunda e os 8 filhos famintos, desnutridos, de cabelos ruivos de tanta poeira da piçarra da estrada carroçal e maltrapilhos sensibilizaram o meu avô, que passou a fornecer alimentos, não somente para o cassaco Zé Bento, alistado na Frente de Serviço, mas para toda a sua família.

Meu avô chorou ao assistir a cena animalesca de alegria das crianças ao receber o primeiro prato de comida. Avançaram todos, de uma só vez, sobre a comida, derramando-a sobre o chão da sombra da oiticica. Para impor ordem, meu avô foi enérgico e improvisou uma fila para receber o prato de feijão chumbinho (Feijão Preto), com farinha de mandioca, jabá e rapadura, que foi engolido sofregamente, quase sem mastigar, pelas crianças e adolescentes. Minha avó mandou desocupar uma parte de um galpão, que servia de armazém de ração para o gado, e transferiu a família da sombra da oiticica para o armazém de alvenaria, coberto de telhas. Logo, a família passou a morar com mais dignidade, com latrina a céu aberto, local para banho, potes com água de beber, local para armar as redes nos caibros da coberta, cuias, cuités, gamelas, cochos, bancos de estirpe de carnaubeira, mesa de pau-branco e cadeiras com tampo de couro cru de boi.

Sendo homem trabalhador, honesto e de boa índole, com pouco tempo, Zé Bento conquistou a simpatia do meu avô e foi ser vaqueiro da Fazenda Aracati e de lá nunca mais saiu. As secas catastróficas que se abatem sobre o sertão nordestino são realidades cruéis, que transformam homens fortes, determinados e trabalhadores em miseráveis. A fome, a sede e as doenças, especialmente a varíola, a catapora e o cólera, definhavam e matavam o corajoso, destemido e forte sertanejo.

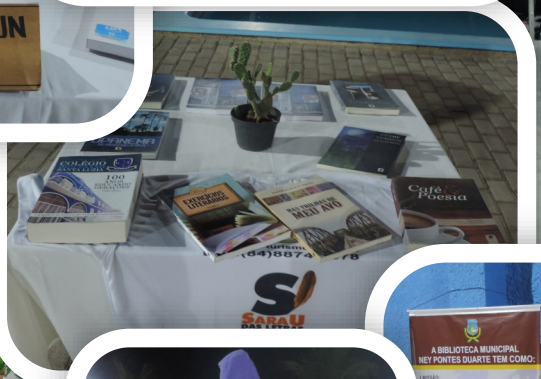
Agente Cultural

Coleção Mossoroense — Parte 2 - 45ª edição da Noite da Cultura

Aniversário de 70 anos da Coleção Mossoroense

(Continuação)

(Continuação)



(Continuação)

A FUNDAÇÃO VINGT-UN ROSADO **informa que a campanha "Mantenha a Coleção Mossoroense Viva" através de doações por meio do pagseguro continua. E reforça a campanha, aos amigos e admiradores da Coleção Mossoroense, que a Fundação Vingt-un Rosado está recebendo doações também através do Banco do Brasil.**

Então, se você tem interesse em manter a Coleção Mossoroense viva, que os escritores sejam revelados e/ou valorizados, e ainda, que o sonho vingtaneano continue sempre presente, não deixe de doar.

Deposite, transfira, colabore. Qualquer valor é sempre bem-vindo para manter da Coleção Mossoroense viva.

Fundação Vingt-un Rosado / CNPJ 70.302.583/0001-90 / Banco do Brasil, agência 0036-1 / Conta Corrente 153714-8.

Repetindo: **Fundação Vingt-un Rosado / CNPJ 70.302.583/0001-90 / Banco do Brasil, agência 0036-1 / Conta Corrente 153714-8.**

Quer ver sua poesia/poema/artigo publicado no informativo da Fundação Vingt-un Rosado, Novo Boletim Bibliográfico ? Envie seu trabalho para os seguintes contatos:
(84) 98886 0520 (WhatsApp) ou pelo e-mail**: fvrcm@uol.com.br**

Wilson Bezerra de Moura
wilsondefatima@hotmail.com

Transporte de ônibus no passado

Passamos mais uma página da história construída e vivida por nossos antepassados, que nos serve não só para conhecer como testemunhar a dificuldade impostas na formação de nova mentalidade da sociedade no percurso da existência.

Lá pelo ano de 1928, segundo relato do jornalista Lauro da Escóssia, foi inaugurado um serviço de ônibus para servir aos moradores urbanos de Mossoró, sendo os bairros Paredões e Alto da Conceição os mais visados numa empreitada, notadamente por serem os mais populosos.

O fato é que o empresário da empresa de transporte Mossoró-Natal, contratante cidadão Etelvino Caldas Cunha, teve a iniciativa de inaugurar uma linha de ônibus para servir aos mossoroenses, entre os bairros Paredões e Alto da Conceição, por serem estes os mais populosos, e no trajeto atenderia o centro da cidade.

Uma solenidade inaugural que despertou a atenção de toda população, pelo fato de alterar o modo de vida e comportamento da população quanto ao deslocamento entre esses setores. A essa inauguração compareceram as figuras mais ilustres da cidade, a começar pelo prefeito Luiz Colombo, juiz e promotor público da Comarca, Eufrásio de Oliveira e Bianor Fernandes, Manoel Seabra de Melo, diretor da Mesa de Renda Estadual, Farmacêutico Jerônimo Rosado, presidente da Associação Comercial, Cunha da Mota, Delegado de Policia Elias Carlyle Magalhães, gerente do Banco do Brasil e jornal O Mossoroense, respondendo na ocasião o jornalista Augusto da Escóssia, todos eles se manifestaram regozijados pelo acontecimento que veio trazer significativo feito ao engrandecimento da cidade, em cuja ocasião os convidados percorreram o trecho a ser explorado pela linha de ônibus e constataram sua visual realidade pública. O coronel Vicente Sabóia, à época superintendente da Estrada de Ferro Mossoró, foi um estimulador do empreendedor Etelvino Cunha.

A ideia frutificou ao ser instalado em 14 de outubro de 1928 e foi além quando o empresário resolveu expandir a atuação até a cidade de Lages, levando passageiros àquela localidade, onde se realizava a baldeação de passageiros vindos pelo trem que se dirigia a Natal, cujo fluxo de passageiros vindos de várias cidades movimentava a linha rodoviária. Por sinal, esse transporte existiu por muitos anos.

Ainda hoje, ao passar pela BR 304 para Natal, chegando a Lages e olhando-se à direta, vê-se uma placa com o símbolo do trecho ferroviário da época, só não existem mais os trilhos porque foram assaltados pelos invasores interessados em comercializá-los, assim como ocorreu em outros trechos por onde passava ferrovia.

O Toma lá da cá da negociata política

Ricardo Alfredo de Souza

A arte de negociar, sempre foi, e sempre será, a melhor forma de convivência entre os seres humanos. É dela, arte de negociar, que tudo pode encontrar uma forma de equilíbrio e harmonia. Assim deveria ser a ideia de política, visto que as decisões sempre deveriam serem pautas na arte de negociar e de buscar um equilíbrio entre as partes.

Todavia, o que há de verdade, é que, o interesse individual se sobrepõe ao interesse coletivo, e retira do bem comum a capacidade de existência. E nessa retirada, do bem comum, a população, fica abandona ao deus dará. E essas duas atitudes, cruéis, são geradoras das brechas, que conduz a corrupção e a admiração desastrosa.

A política em toda a sua história, está pauta na arte de negociar para que bem comum o bem comum social, e estes estejam diante de quem mais precisa que é a população mais carente. E assim, a conversação, analise são próprias da conduta de quem faz política social. Porém, esse negociar tomou proporções inaceitáveis. Enquanto a negociação estava na área do social e na busca pela melhoria de vida da população, tínhamos um caminho de justiça social e a diminuição entre os mais ricos e os pobres. Entretanto, em algum ponto deste percurso, a negociação saudável se tornou um “toma lá dá cá”, com práticas abomináveis. E pior, aceito como normal pro grande parte do povo e das autoridades.

E é neste “toma lá dá cá”, que a corrupção encontrou guarita nos corações doentes pela ambição do ter e do poder. E essa prática se tornou quase impossível de ser barrada, visto que, toda a sociedade se contaminou com este de modelo de vantagem, também conhecida como jeitinho brasileiro ou forma de burlar o que é justo. E assim, caminhamos observando, as gargalhadas dos que cometem maldades e por puro prazer, destrói o sonho do pobre e do necessitado, quando deixa de fazer concursos ou as nomeações são de incompetentes nas áreas administrativas.

A negociata se dar pela falta de honestidade entre o poder parlamentar e a administração pública, visto que ambos têm interesses sobre determinado assunto. Assim troca-se os cargos na administração pública em troca de apoio político em determinadas leis e ações.

Não é a atoa que a educação, vem cada dia descendo pelo ralo e cada vez mais temos visto os jovens sem rumo e sem a verdadeira aspiração ao bem e a vitória pelo trabalho. Tudo causado, pela escolha política desastrosa de colocar no comando, pessoas sem nenhum grau de preparo ou competência, apenas como pagamento de auxílio nas campanhas política.

(Continuação)

Quando a negociação é aberta ao público e as propostas são de interesse coletivo, então é uma negociação legitima e democrática, pois gera benefícios a ambas partes (poder legislativo, executivo e ao povo) e a sociedade de modo geral. Entretanto, o que temos ouvido falar, são os maiores absurdos e abusos do poder. De forma tão doentia e cruel, as instituições que deveriam preservar a seriedade e a honestidade, como a igreja, já entraram no círculo vicioso do poder e passaram a vender os irmãos em troca de Barganha (cargos, terrenos, materiais e indicações políticas). E o pior, de forma aberta falam em nome de Deus, deixando o leigo, desorientado e sem saber para onde correr ou encontrar porto seguro.

A política é, foi, e sempre será importante no desenvolvimento humano. O grande Deus ensina as políticas celestiais nas sagradas letras, então as políticas humanas também devem serem ensinadas e fundamentadas na realidade humana, e jamais, em conceitos meramente dogmático e de exceção. Pelo contrário, a política Deus é inclusiva, é para todos. Não é toa que a bíblia ensina que a chuva cai para o justo e para o ímpio.

Então a política deve ser observada pela igreja, qual deve ser ativamente participativa, com orientações para o bem comum e a promoção da paz, porém, não deve ser negociada, como é costume de alguns, vender a casa de Deus, num verdadeiro “toma lá dá cá”.

Como é doloroso observar que nestes últimos dias, o grau de iniquidade tem aumentado, e que, os que deveriam servir, querem ser servidos e adorados. De modo que o bem, tem sido esquecido e a prática da bondade foi abandonada pelos líderes a quem Deus permitiu subir ao poder. O que gerou um desgosto profundo em grande parte dos teólogos que servem a Deus em espirito

Quem por ventura fará o bem! Onde estão os verdadeiros servos? É lamentável. O quanto o poder financeiro e terreno vem pouco a pouco destruído a fé e o amor ao próximo.

Destarte, as matérias de lei devem seguir o formalismo, dentro da legalidade para que não ocorra o toma lá dá cá, que já é bem comum no meio político. De modo pratico, a formulação de leis deveria passar sempre pelo crivo de quem cumprir e paga que é o povo. Todavia, as decisões quase sempre, são manipuladas e mascaradas pelos mesmos autores das delinquências.

Sobre o autor:

Ricardo Alfredo de Souza

Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências e Tecnologia Mater Christi (2010), graduação em licenciatura plena em Ciências da Religião pelo Instituto Superior de Teologia Aplicada (2008), Bacharel em Teologia pelo Instituto Superior de Teologia Aplicada (2007) e Graduação em Ciências físicas e biológicas pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (1999). Especialista em Psicopedagogia, Ensino da Matemática, Geografia e meio Ambiente. Mestre em Teologia pela universidade evangélica Del Paraguai. Atualmente é professor Sec. da Educação e da Cultura, atuando principalmente em Física e Química. Ricardo é membro da Academia Mossoroense de Letras e da Academia de Ciências Jurídicas e Sociais.

Quer ver sua poesia/poema/artigo publicado no informativo da Fundação Vingt-un Rosado, Novo Boletim Bibliográfico ? Envie seu trabalho para os seguintes contatos:
(84) 98886 0520 (WhatsApp) ou pelo e-mail**: fvrcm@uol.com.br**

Sobre a necessidade de transferência da carga tributária brasileira

Concentração de renda e regressividade tributária como óbices ao desenvolvimento

Autor: Marcelo Dantas Rosado Maia

Bacharel em Direito (UFRN), Tecnólogo em Comércio Exterior (IFRN), Especialista em Direito Processual (PUC/Minas), Especialista em Direito Constitucional (Anhanguera/Uniderp). Procurador da Fazenda Nacional desde 2013, atualmente lotado no Núcleo de Investigação Fiscal da Divisão de Assuntos Fiscais em São Paulo.

É possível abordar de diversas formas os níveis de concentração de renda em determinada sociedade. Em todas as abordagens, quando sujeito a comparações internacionais, o Brasil figura invariavelmente nas primeiras posições entre os países com maiores índices de concentração, sendo colocado, com frequência, como miserável campeão deste triste critério.

O tema – que parece nunca perder relevância e contemporaneidade, principalmente em países da América Latina – recebe renovada atenção nesta semana, por ocasião da divulgação dos resultados da PNAD Contínua 2018 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua), na qual o IBGE aponta, em síntese, para o aumento da concentração de renda no país no último ano.

Embora o estudo sobre os fatores que levam a esta conjuntura deva necessariamente abranger diversos enfoques, sabe-se que uma das principais causas para a concentração de renda no Brasil é o caráter profundamente regressivo do nosso sistema tributário.

Em breve explanação: num sistema tributário regressivo, os contribuintes que ostentam menor capacidade contributiva pagam tributos numa proporção maior da sua renda do que os contribuintes de maior capacidade contributiva, seja através de tributos diretos (que incidem sobre a renda e o patrimônio), seja por meio dos tributos indiretos (que incidem sobre o consumo); a carga tributária, num sistema regressivo, pesa mais sobre pessoas que apresentam menores condições financeiras de arcar com ela.

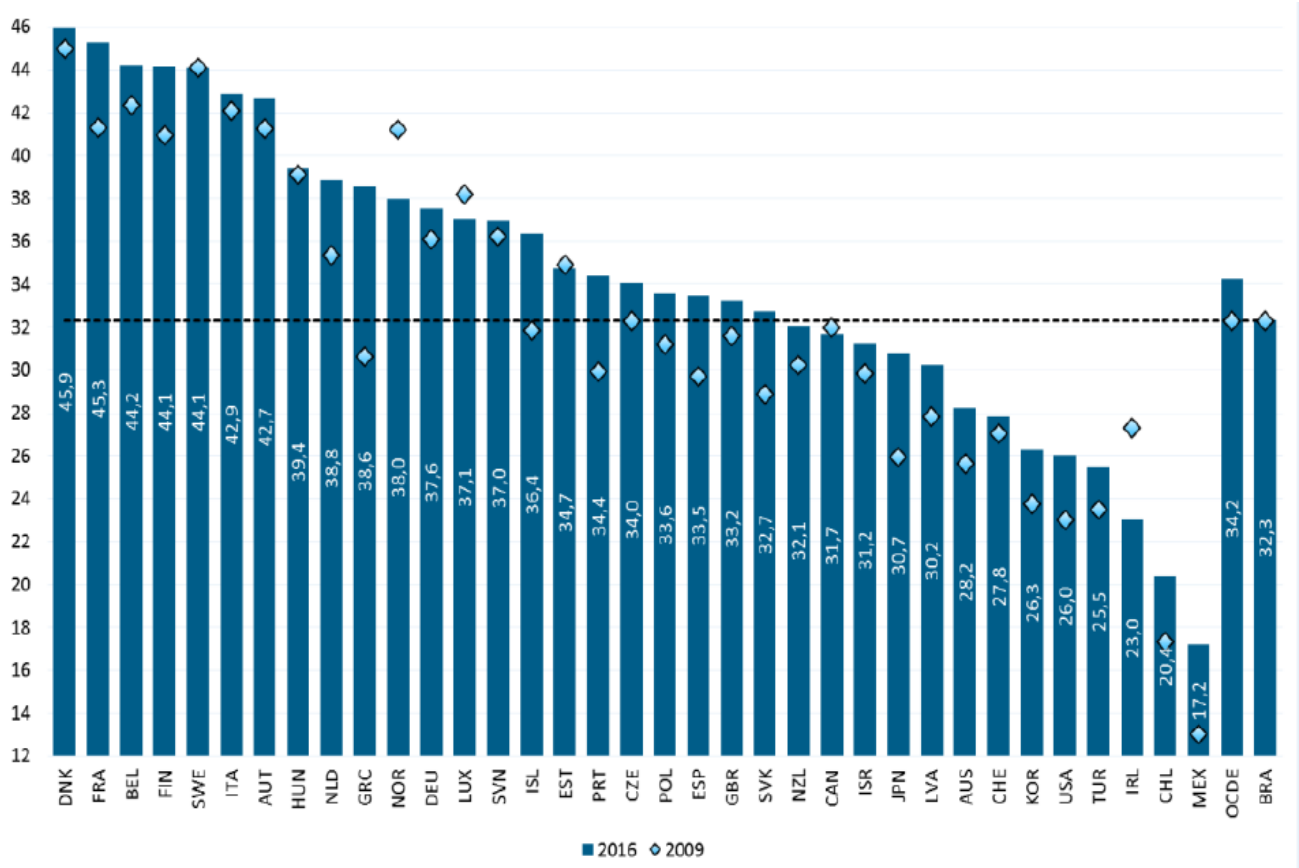
(Continuação)

Trata-se do oposto da tributação progressiva, na qual aqueles que possuem maior capacidade contributiva pagam tributos em alíquotas efetivas maiores, proporcionais à grandeza tributada (renda ou patrimônio). Vale dizer que, no Brasil, a progressividade tributária deve necessariamente ser buscada, tendo em vista se tratar de norma constitucional posta expressamente nos artigos 153 e 156 da Constituição Federal, além de consistir em derivação equitativa do princípio da igualdade (art. 5º).

Para averiguar se o sistema tributário brasileiro é mesmo regressivo, é fundamental analisar a estrutura da nossa carga tributária.

Diferentemente do que propaga o senso comum, a carga tributária brasileira está um pouco abaixo da média dos países da OCDE, como se observa no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Carga tributária: Brasil e países da OCDE, participação do PIB em 2009 e 2016.



Fonte: Relatório de Acompanhamento Fiscal (dezembro de 2018) do Instituto Fiscal Independente.

Numa lista que reúne 36 das economias mais relevantes do mundo, o Brasil tem a 23º maior carga tributária relativa, com 32,3% do PIB. Embora não seja possível afirmar que é uma das maiores cargas tributárias do mundo (afinal, está na metade de baixo da lista), tampouco é acurado classificá-la de reduzida, especialmente quando em comparação com outros países da América Latina.

O grande problema da carga tributária brasileira, na verdade, não está no seu tamanho como proporção do PIB; está na sua *composição*.

De acordo com dados divulgados anualmente pela Receita Federal do Brasil, o país tem, na comparação com os integrantes da OCDE, a terceira maior carga tributária proporcional sobre bens e serviços (atrás apenas de Hungria e Grécia), e a *menor* carga sobre renda, lucro e ganho de capital.

Em outras palavras: nós tributamos excessivamente o consumo e tributamos muito pouco a renda.

Na composição da carga tributária total em relação ao PIB, assim, a excepcionalmente alta carga sobre consumo compensa a excepcionalmente baixa carga sobre renda, lucro e ganho de capital, revelando um sistema tributário absolutamente desequilibrado e disfuncional.

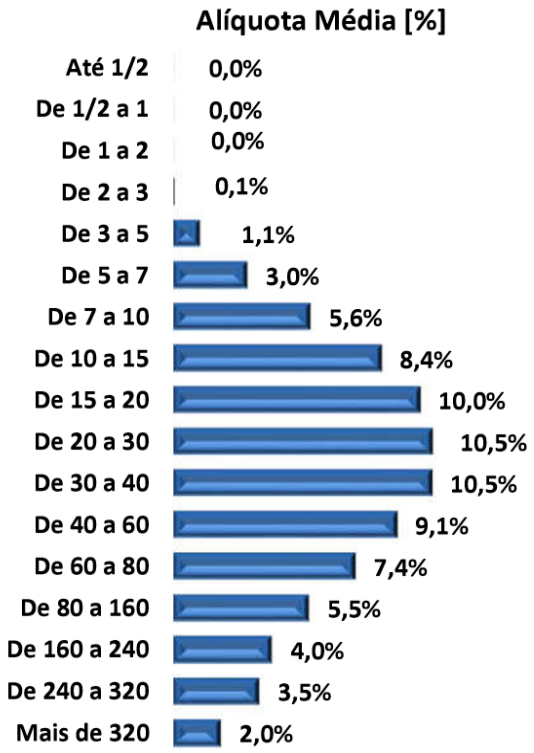
Ao optar pela maior tributação sobre bens e serviços, a sociedade brasileira toma a decisão de que a sua carga tributária será suportada mais pelo consumo que pela renda.

Colocar a maior parte do peso da carga tributária de um país sobre o consumo é uma opção que evidentemente traz grandes prejuízos à sua produtividade e à sua competitividade.

A oneração das famílias que dedicam parte maior da sua renda ao consumo, ademais, proporciona uma espécie de alívio fiscal para as famílias mais abastadas, que, ao invés de consumir ou de pagar tributos de acordo com a sua capacidade contributiva, dedicam parte maior dos seus rendimentos ao aumento dos seus respectivos patrimônios, o que contribui para acentuar o quadro de desigualdade na distribuição de renda.

A situação se agrava quando verificado que, no caso do imposto sobre a renda de pessoas físicas, a partir das faixas intermediárias, quanto maior a renda, menor a alíquota efetiva de tributação:

Gráfico 2: Alíquota média por faixa de rendimentos anuais totais (em salários mínimos).



Fonte: Receita Federal do Brasil.

Tal distorção se explica, em grande parte (outros fatores explicativos são, por exemplo, a defasagem das alíquotas do imposto sobre a renda e o planejamento tributário abusivo, praticado em regra por pessoas nas faixas mais altas de renda), pela existência de uma série de normas que estabelecem isenções e outros benefícios fiscais para determinados tipos de rendimento.

(Continuação)

É o caso dos rendimentos oriundos de distribuição de lucros e dividendos, isentos de imposto de renda, conforme art. 10 da Lei nº 9.249/95.

O grande problema deste tipo de isenção é que, na prática, a maior parte da renda dos mais ricos advém justamente da distribuição de lucros e dividendos. Na tabela que originou o gráfico acima, o relatório organizado pela Receita Federal do Brasil aponta que cerca de 70% do total de rendimentos recebidos pelos declarantes mais abastados são considerados isentos.

A situação é o inverso das faixas intermediárias, em que a maior parte da renda dos declarantes é considerada tributável.

Instaura-se, assim, uma situação de profunda injustiça fiscal: famílias menos abastadas sustentam desproporcionalmente a maior parte da carga tributária do país, não só por meio dos chamados tributos indiretos (que incidem sobre o consumo), mas também sobre a tributação direta da renda, invertendo a lógica da progressividade.

Este cenário impede que seja dedicada ao fomento da atividade econômica do país uma grande parcela da renda das famílias que, se não fossem tão oneradas com tributos indiretos (e também diretos), certamente consumiriam mais. A regressividade produz, ao que se vê, uma enorme repressão de demanda na sociedade brasileira.

Hernando de Soto, celebrado economista liberal peruano, já alertava, nos anos 90, para as vantagens que seriam obtidas por toda a sociedade a partir do favorecimento dos estratos mais pobres da população.

A visualização de tal contexto permite inferir que a *transferência* da carga tributária para a parcela da população que aufere maior renda, com observância do critério da progressividade, além de ser a providência mais justa e contrária aos enormes privilégios tributários existentes no país, proporcionaria aumento de produtividade e de demanda, sem necessidade de aumento da carga geral.

Os gráficos e dados disponíveis demonstram com clareza que os países considerados desenvolvidos – a maioria deles com cargas tributárias maiores que a brasileira – tomaram um caminho contrário ao nosso, tributando mais a renda e menos o consumo, adotando, assim, sistemas tributários mais justos e mais adequados ao fomento da sua produtividade e à distribuição de renda entre os membros das suas sociedades.

1 - "PNAD Contínua 2018: 10% da população concentram 43,1% da massa de rendimentos do país". Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25700-pnad-continua-2018-10-da-populacao-concentram-43-1-da-massa-de-rendimentos-do-pais.

2 - Instituto Fiscal Independente. Relatório de Acompanhamento Fiscal – Dezembro de 2018. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/551026/RAF23_DEZ2018_TopicoEspecial_CargaTributaria.pdf.

3—Receita Federal do Brasil. Carga Tributária no Brasil (2017) – Análise por Tributos e Bases de Incidência. Disponível em: https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/carga-tributaria-no-brasil/carga-tributaria-2017.pdf

4 - Famílias ricas dedicam parcela menor da renda ao consumo que famílias de rendas mais baixas. Conferir a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018 do IBGE, disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf

5 - Receita Federal do Brasil. Grandes Números IRPF – Ano-calendário 2017, Exercício 2018. Disponível em: https://receita.economia.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/estudos-e-estatisticas/11-08-2014-grandes-numeros-dirpf/relatorio-gn-ac-2017.pdf.

6 - Laura Carvalho chega a esta conclusão na sua obra "Valsa Brasileira – do Boom ao Caos Econômico" (p. 165), explorando o chamado "multiplicador de Haavelmo". O mesmo raciocínio foi por ela exposto no artigo "Multiplicador distributivo", disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-carvalho/2019/10/multiplicador-distributivo.shtml.

7 - DE SOTO, Hernando. *The Mystery of Capital – Why Capitalism Triumphs in the West and Fails Everywhere Else,* p. 199

TUDO OUTRA VEZ

Sabe, moço!... Não é que eu tenha uma ótima memória; é que nos idos da infância e adolescência os dias se repetiam sem serem entediantes.

É como se eu, conseguindo voltar no tempo, pudesse encontrar as pessoas, coisas e tudo o que fiz do mesmo jeitinho, tais como, me deparar, ao acordar, com o quintal repleto de douradas cajaranas que, logo mais no almoço, estariam em forma de refresco em meu copinho azul em meio as colheradas à mesa.

Sei que as manhãs passavam céleres e, vez ou outra, eu vivia chegando atrasado ao Colégio. Também, sabe-se lá quem inventou o tal turno intermediário. Se por um lado, o danado desse horário nos transformava em peças de frenético vai-de-vem; por outro, nos presenteava com largas fatias das tardes.

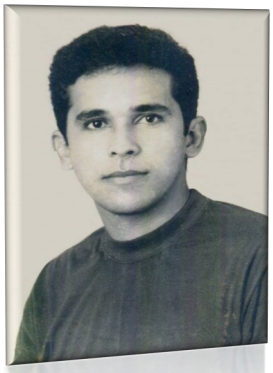
Nunca gostei de ficar sozinho, muito menos de seguir por aqueles caminhos ainda de areia sem a presença de quem parecia guardar toques das famosas fragrâncias vendidas em vidrinhos por uma vizinha,. Assim, logo após o último alarde da gasguita sirene, já estava a postos no portão do velho Estadual, a espera de alguma mimosa companhia.

Como tema das vespertinas conversas tudo se incluía, mas nunca tive coragem de mencionar que via os capítulos do seriado "O Sítio do Pica-pau Amarelo", a única coisa que era capaz de me impedir de ver o retorno do bando de andorinhas que passava voando rasante nos finais das tardes por cima da fachada da casa de Janete, uma amiga da casa em frente.

Acho que vou parando por aqui, porque a saudade está a me apertar o peito. Até já pareço sentir o cheiro da sopa, especialidade da minha mãe, iguaria que eu tomava apressado, uma vez que sempre parecia ouvir, como se fossem sereias a me encantar, as músicas soltas nos ventos pelos alto-falantes dos parques ancorados na Avenida Rio Branco.

Eh!... Não se trata de boa memória, mas de ter conseguido ser feliz com tão pouco, não precisando importunar a Deus por algo além do registrado. Aliás, se me fosse permitido, viveria tudo isso outra vez.

Foto: Maria Lucineide.
Imagem: Fachada do Colégio Estadual, Mossoró/RN.



Sobre Renato Borges de Souza

Mossoronse de nascimento, saiu de Mossoró para servir a Marinha do Brasil. Nela ficou por oito anos. Atualmente é professor universitário da área de Letras e Educação, além, de ser advogado. Renato fez doutorado na Espanha e atualmente reside em Manaus. Segundo Renato, “Aguarda a oportunidade de retornar à Terra do Petróleo e dos melões”

Concurso Literário "João Batista Cascudo Rodrigues"

REGULAMENTO:

1. Os candidatos podem concorrer com 01 (hum) texto de conto e/ou 01 (hum) texto de crônicas e/ou 01 (hum) texto de poesia.
2. Os textos deverão ser originais, isto é, nunca terem sido anteriormente publicados em jornal, revista ou livro, ou mesmo veiculados pela Internet ou quaisquer outros meios de comunicação.
3. Os trabalhos deverão ser inscritos em português, com tema livre, digitados em papel A4, em uma só face do papel, enviados em 05 (cinco) vias.
3.1. Só poderão concorrer autores que residam em território do Rio Grande do Norte.
4. Os contos e crônicas terão limite máximo de 15 (quinze) páginas e as poesias em no máximo 4 (quatro) páginas, em letra 12, fonte Arial, espaço 1.5.
5. Cada texto deverá ser identificado apenas pelo título e pseudônimo, não podendo constar, de nenhuma forma, algo que identifique o seu autor.
6. Os textos de conto, crônica e de poesia deverão estar contidos em um só envelope e com um mesmo pseudônimo, além de uma cópia em pen driver ou cartão de memória.
6.1. Este envelope será acompanhado por um outro menor, lacrado, que terá na parte INTERNA "**4º CONCURSO DE CONTOS, CRÔNICAS E POESIAS JOÃO BATISTA CASCUDO RODRIGUES – AMOL**", título do trabalho, o pseudônimo e o nome completo do autor, endereço e telefone; e na parte EXTERNA a indicação "4º CONCURSO DE CONTOS, CRÔNICAS E POESIAS JOÃO BATISTA CASCUDO RODRIGUES – AMOL", título do trabalho e o pseudônimo do autor.
6.2. Os trabalhos serão avaliados por uma Comissão Julgadora, composta por pessoas com amplo conhecimento, experiência e saber em literatura.
6.3. A Comissão Julgadora será composta de 5 (cinco) membros, escolhida pela Direção da Academia Mossoroense de Letras – AMOL, podendo serem membros da Academia ou convidados.
6.4. Esta Comissão Julgadora terá plena e total autonomia na apreciação e julgamento dos textos apresentados, que deverão ser regidos pelos princípios de originalidade, técnica e arte literária.
6.5. A decisão da Comissão Julgadora terá caráter irrevogável.
7. Serão premiados os 2 (dois) (primeiro e segundo lugares) melhores trabalhos, em cada categoria, recebendo os vencedores, os seguintes prêmios:

1º Lugar: – Conto – R$ 1.000,00 (mil reais) mais certificado;
1º Lugar: – Crônica – R$ 1.000,00,00 (mil reais) mais certificado;
1º Lugar: – Poesia – R$ 1.000,00,00 (mil reais) mais certificado;
2º Lugar: – Conto – R$ 500,00 (quinhentos reais) mais certificado;
2º Lugar: – Crônica – R$ 500,00 (quinhentos reais) mais certificado;
2º Lugar: – Poesia—R$ 500,00 (quinhentos reais) mais certificado.

7.1. Menções honrosas:
Além dos 2 (dois) primeiros lugares, haverá 5 (cinco) menções honrosas, que receberão os seguintes certificados.
7.2. Os trabalhos ganhadores serão publicados pela Coleção Mossoroense, em formato de coletânea.
7.3. Cada ganhador, e os que foram agraciados com menções honrosas, receberão, respectivamente, 10 (dez) e 5 (cinco) livros.
7.4. Os concorrentes, ao se inscreverem no concurso, cedem todos os direitos autorais de veiculação e divulgação dos respectivos textos à Academia Mossoroense de Letras – AMOL.
7.5. É vedada a participação dos membros da Academia Mossoroense de Letras, como concorrentes.
8. Os trabalhos serão entregues, diretamente, ou enviados pelos correios, para a Academia Mossoroense de Letras – AMOL, Biblioteca Ney Pontes Duarte, Praça da Redenção Jornalista Dorian Jorge Freire, nº 17, Centro, Mossoró/RN, CEP: 59600-065.
8.1. Quando enviados, serão validados apenas os trabalhos contendo carimbo dos correios, até 03/12/2019, três de dezembro de dois mil e dezenove.
8.2. A comunicação dos resultados do concurso será feita no final de dezembro de 2019, a premiação acontecerá em março de 2020 e a publicação em setembro de 2020.

Projeto Coleção 70 MM

Vem aí:

LEITURA
E EMOÇÃO
FEIRA DO
LIVRO
DE MOSSORÓ
De 30 de outubro à 3 de novembro
PARTAGE SHOPPING
MOSSORÓ